

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000391-30.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Responsabilidade Civil**
 Requerente: **Dorival Pereira**
 Requerido: **BANCO FICSA SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Dorival Pereira propôs a presente ação contra o réu Banco Ficsa SA, requerendo: a) tutela antecipada para cessação dos descontos das parcelas do empréstimo no benefício do autor junto ao INSS; b) seja declarada a inexistência de saldo a ser pago ao réu, bem como a ocorrência de fraude no suposto contrato de empréstimo realizado em 2012, declarando-o nulo; c) a condenação do réu no pagamento de indenização por danos morais, sugerindo a quantia de R\$ 41.203,20; d) a condenação do réu na restituição em dobro das parcelas pagas indevidamente.

A tutela antecipada foi indeferida às folhas 54.

Agravo de instrumento de folhas 58.

O réu, em contestação de folhas 71/87, requer a improcedência do pedido, alegando: a) que o valor de R\$ 3.653,58, referente ao contrato de refinanciamento nº 70278399-12, foi creditado no Banco Itaú, Agência 8047-0, c/c 04983-1; b) que não se trata de fraude ou equívoco, uma vez que o valor do contrato foi disponibilizado e sacado pelo autor, tendo sido efetuados descontos em seu benefício sem qualquer reclamação anterior ou problemas; c) que não procede o pedido de repetição de indébito, pois o réu apenas efetuou os descontos na forma contratada; d) no caso de procedência do pedido de restituição, que seja de forma simples, mediante a devolução por parte do autor dos valores recebidos; e) que não há falar-se em indenização por danos morais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Réplica de folhas 150/153.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a prova oral ou pericial, orientando-me pelos documentos carreados (CPC, artigo 396).

Aduz o autor que em abril de 2010 realizou um empréstimo consignado junto ao réu, no valor de R\$ 15.870,82, para pagamento em 60 parcelas de R\$ 515,04, a primeira com vencimento em maio de 2010 e a última em abril de 2015. Alega que em abril de 2012 recebeu uma visita de um representante do réu oferecendo o valor de R\$ 4.000,00, para pagamento em 60 parcelas no valor de R\$ 82,00, a ser depositado no Banco Itaú SA, entretanto, foi depositado o valor de R\$ 3.653,88. Sustenta que em maio de 2015 deveria cessar o desconto da parcela de R\$ 515,04 de seu benefício previdenciário, entretanto, os descontos continuaram até hoje, acreditando que tenha ocorrido fraude, pois o valor do empréstimo de 2012 nunca foi creditado em sua conta corrente.

Pelo extrato fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social é possível constatar que o autor celebrou três contratos de empréstimos bancários: a) o primeiro, sob o nº 40149034-10, celebrado com o réu Banco Ficsa em 28/04/2010, para pagamento em 60 parcelas de R\$ 515,04, constando como "fim do desconto" em 04/2012 (**confira folhas 18**); b) o segundo empréstimo, sob o nº 70278399-12, também celebrado com o réu Banco Ficsa em 11/04/2012, para pagamento em 58 parcelas de R\$ 515,04, constando como início do desconto 05/12/2012 (**confira folhas 18**); c) o terceiro empréstimo, sob o nº 50-1143553/12, foi celebrado com o Banco Daycoval em 04/04/2012, no valor de R\$ 2.467,43, para pagamento em 58 parcelas de R\$ 82,00 (**confira folhas 18**).

Assim, o empréstimo que o autor menciona às folhas 01, último parágrafo, que teria sido celebrado com o réu, para pagamento em 60 parcelas de R\$ 82,00, na verdade, foi celebrado com o Banco Daycoval (**confira folhas 18**).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com relação ao empréstimo realizado em 04/2012 (objeto do contrato nº 70278399-12), na verdade, trata-se de um refinanciamento da dívida iniciada por meio do empréstimo realizado no ano de 2010 (contrato nº 40149034-10).

Pela cédula de crédito bancário sob o nº 401490-34-10, colacionada pelo réu, é possível constatar que esta foi celebrada em 03/05/2010, constando como valor do empréstimo a quantia de R\$ 15.870,82, para pagamento em 60 parcelas de R\$ 515,04, vencendo-se a primeira em 10/06/2010 e a última em 10/05/2015 (**confira folhas 106/110**).

Pela cédula de crédito bancário sob o nº 70278399-12, colacionada pelo réu, é possível verificar que foi celebrada em 19/04/2012, constando como valor do empréstimo a quantia de R\$ 16.925,96, para pagamento em 58 parcelas de R\$ 515,04, vencendo-se a primeira em 10/06/2012 e a última em 10/03/2017 (**confira folhas 125/129**). O réu cuidou em instruir a contestação com os documentos pessoais apresentados pelo autor quando da realização desse segundo empréstimo (**confira folhas 135/136**). Confira que o comprovante de residência apresentado pelo autor naquela oportunidade, refere-se ao consumo de energia elétrica do mês de março de 2012 (**confira folhas 130**). As assinaturas lançadas pelo autor por ocasião desse segundo empréstimo (refinanciamento) são idênticas às apostas no contrato anterior, não deixando qualquer dúvida de que ambos foram assinados pelo autor.

Tratando-se este último contrato de um refinanciamento (**confira folhas 138**), obviamente que não seria creditado na conta corrente do autor o valor total nele constante, mas, somente, a diferença entre o valor relativo à quitação do primeiro contrato, que foi a quantia de R\$ 3.653,88, efetivamente creditada na conta corrente do autor em 19/04/2012 (**confira folhas 25**).

Assim sendo, nenhuma fraude ocorreu, tendo o autor celebrado dois contratos com o réu, sendo o segundo um refinanciamento do primeiro e a liberação da quantia de R\$ 3.653,58.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em consequência, nada havendo de irregular, de rigor a improcedência dos pedidos.

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor atribuído à causa, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária a partir da distribuição e juros de mora a partir do trânsito em julgado, observando-se os benefícios da justiça gratuita.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 17 de março de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**